

# Custo Rio



MAI. 2026

SÉRIE  
**Rio de Futuro**

**Ficha Catalográfica**

Firjan

F523c      Custo Rio: o desafio da competitividade fluminense / Firjan. – Rio de Janeiro: [s.n], 2026.  
31 p. : il., color.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Indústria. 4. Rio de Janeiro. I. Firjan SENAI. II. Firjan SESI. III. Firjan IEL. IV. Firjan CIRJ. V. Título.

CDD 338.51098153





## Expediente

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente

**Luiz César Caetano**

1º Vice-Presidente Firjan

**Carlos Erane de Aguiar**

2º Vice-Presidente Firjan

**Henrique Antônio Nora Oliveira Lima Junior**

1º Vice-Presidente CIRJ

**Isadora Landau Remy**

2º Vice-Presidente CIRJ

**Antonio Carlos Vilela**

Diretor Executivo SESI SENAI

**Alexandre dos Reis**

Diretor de Competitividade Industrial, Inovação Empresarial e Comunicação Corporativa

**Alexandre dos Reis (Interino)**

Diretora de Gestão de Pessoas, Diversidade e Produtividade

**Cintia da Silva Gaspar Miranda (Interina)**

Diretora de Compliance e Jurídico

**Gisela Pimenta Gadelha**

Diretora de Finanças e Serviços Corporativos

**Luciana Costa M. de Sá**

Diretor de Educação e Cultura

**Vinícius Cardoso**

### CONTEÚDO TÉCNICO

#### GERÊNCIA GERAL DE ESTUDOS E ESTRATÉGIA

Gerente Geral de Estudos e Estratégia

**Isaque Regis Ouverney (Interino)**

Gerente de Estudos Econômicos

**Jonathas Goulart**

Equipe Técnica

**Antônio Carvalho**

**Beatriz Benevides**

**Janine Pessanha**

**João Vitor Conceição**

**Luiz Guilherme Fernandes**

**Marcio Felipe Afonso**

**Nayara Freire**

**Raphael Veríssimo**

### PROJETO GRÁFICO

#### GERÊNCIA GERAL DE REPUTAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Gerente Geral de Reputação e Comunicação

**Luiz Phillipe Steenhagen Blower**

Gerente de Comunicação Estratégica e Consultoria

**Amanda Zarife**

Gerente de Marca e Comunicação

**Fernanda Marino**

Coordenador de Marca e Soluções de Comunicação

**Túlio Andrade (interino)**

Equipe Técnica

**Clara Marques**

**Margareth Moreira**

**Matheus Dames**

**Paulo Quintão**

**Renata Ventura**

MAI. 2026

[www.firjan.com.br](http://www.firjan.com.br)

Av. Graça Aranha, 1  
Centro, Rio de Janeiro



# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
O peso invisível que limita o potencial do Rio .....	6
<b>1. O QUE É O CUSTO RIO</b> .....	<b>7</b>
<b>2. O CUSTO DE ENTRAR E EMPREENDER NO RIO</b> .....	<b>9</b>
2.1 Ambiente Jurídico regulatório .....	9
2.1.1 Efetividade e Agilidade Jurídica - O custo da demora para resolver conflitos .....	9
2.1.2 Interferência Estatal – O custo da dependência regulatória.....	10
2.1.3 Eficácia da Regulação – Quando a burocracia vira custo.....	11
2.1.4 Regulação de Patentes para Inovação – Quando inovar custa caro.....	12
<b>3. O CUSTO DE OPERAR NO ESTADO</b> .....	<b>14</b>
3.1 Honrar Tributos – Produzir, pagar e ainda competir.....	14
3.1.1 Complexidade Tributária – O custo de manter a empresa em dia.....	14
3.1.2 Carga Tributária do Setor Privado – Produzir mais, tributar menos .....	15
3.1.3 Informalidade – O custo da concorrência desigual .....	17
3.2 Segurança Pública e Privada – O imposto do Medo .....	18
3.2.1 Custo da Insegurança – Produzir sob ameaça custa bilhões.....	18
3.2.2 Ilegalidade – O custo da economia paralela .....	19
3.3 Capital Humano – Vantagem Competitiva.....	20
3.3.1 Habilidades da Força de Trabalho – O ativo estratégico fluminense .....	21
3.3.2 Encargos Trabalhistas - O trabalho custa caro. No Rio, pouco menos. ....	22
3.3.3 Judicialização Trabalhista - O preço da litigiosidade no trabalho.....	23
3.4 Dispor de infraestrutura - onde o Rio transforma localização em vantagem econômica .....	24
3.4.1 Custo logístico – ativo que mantém o Rio em movimento .....	24
3.4.2 Custo de Infraestrutura de Telecomunicações – Competitividade em tempo real.....	25
3.4.3 Custo do Gás Natural – Competitividade queimada na tarifa.....	26
3.4.4 Custo da Energia Elétrica – O Rio contra a corrente .....	27
<b>4. O CUSTO DE CRESCER E EXPANDIR NO RIO</b> .....	<b>29</b>
4.1 Financiar Negócios – Crédito caro. Expansão lenta.....	29
4.1.1 Custo do Risco-Estado – O preço da desconfiança fiscal.....	29
4.1.2 Custo do Spread da Dívida – O preço de expandir a produção.....	31
<b>5. O CUSTO RIO NÃO É DESTINO. É AGENDA.</b> .....	<b>32</b>

# Introdução

## O peso invisível que limita o potencial do Rio

O Rio de Janeiro reúne ativos estratégicos que o posicionam entre as economias mais relevantes do país. O estado concentra infraestrutura logística, capacidade energética, capital humano qualificado, universidades de excelência, mercado consumidor sofisticado e um parque produtivo diversificado. Além disso, possui vantagens competitivas em setores estratégicos como petróleo e gás, indústria naval, química, economia criativa, turismo e serviços avançados.

Apesar desse potencial, produzir no Rio continua sendo mais caro, mais complexo e mais arriscado do que poderia ser. Em muitos casos, o custo adicional não aparece diretamente nos balanços empresariais, mas se manifesta de forma difusa na economia: juros mais elevados, perda de eficiência logística, maior custo operacional, insegurança regulatória, baixa previsibilidade e redução da capacidade de investimento.

É como se o empresário fluminense tivesse um sócio oculto: um conjunto de custos que não produz, não investe e não gera empregos, mas fica com uma parcela relevante da riqueza criada por quem trabalha e empre-

ende. Trata-se de um “peso invisível” que compromete competitividade, crescimento econômico e geração de renda — e cujo enfrentamento se tornou uma agenda urgente para o desenvolvimento do estado.

O Custo Rio nasce justamente para mensurar esse peso estrutural. O estudo consolida, em bases econômicas comparáveis entre os estados e alinhadas a referências internacionais, o impacto monetário dos principais gargalos que encarecem produzir, investir e operar no Rio de Janeiro. Frente à média observada nos países da OCDE, os resultados revelam um custo adicional estimado em R\$ 274,8 bilhões por ano, equivalente a cerca de 20,2% do PIB estadual.

Mais do que um diagnóstico, o estudo busca contribuir para a construção de uma agenda de competitividade para o Rio de Janeiro. A redução desses entraves representa não apenas ganho de eficiência econômica, mas também aumento da capacidade de investimento, geração de empregos, atração de novos negócios e expansão sustentável da atividade produtiva no estado.



# 1. O que é o Custo Rio

O Custo Rio representa o impacto econômico adicional gerado por entraves estruturais que fazem o ambiente de negócios fluminense operar acima do padrão médio observado em economias mais eficientes, tendo como base os países da OCDE. A iniciativa busca transformar gargalos frequentemente percebidos de forma difusa — como burocracia, insegurança jurídica, dificuldades logísticas, custo do crédito e informalidade — em uma métrica econômica objetiva, comparável e mensurável.

A estrutura da análise organiza os principais entraves da economia fluminense em seis grandes eixos temáticos: financiamento, capital humano, infraestrutura, ambiente jurídico-regulatório, tributação e segurança pública. Esses eixos são desdobrados em 18 indicadores capazes de capturar diferentes dimensões do ambiente de negócios, desde o custo do crédito e da logística até judicialização trabalhista, ilegalidade e complexidade tributária.

A construção da metodologia foi desenvolvida a partir de bases estatísticas oficiais, indicadores econômicos observáveis e proxies institucionais comparáveis entre as 27 Unidades da Federação, permitindo avaliar o posicionamento relativo do Rio de Janeiro frente às demais economias estaduais. A abordagem foi estruturada para garantir comparabilidade, consistência técnica e atualização periódica dos resultados. As estimativas foram construídas com base nas informações oficiais mais recentes disponíveis, tomando 2025 como principal ano de referência da análise<sup>1</sup>, de forma a permitir uma mensu-

ração continuamente atualizada do custo estrutural adicional imposto à economia fluminense.

O Custo Rio busca mensurar o custo econômico associado a entraves que fazem o ambiente de negócios fluminense operar acima do padrão médio observado nas economias da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para permitir comparabilidade entre os diferentes indicadores e entre as Unidades da Federação, os resultados foram padronizados em uma mesma escala estatística<sup>2</sup> antes da consolidação dos eixos temáticos.

A estrutura do estudo foi organizada para refletir toda a dinâmica da atividade produtiva, contemplando os custos que afetam as empresas desde a entrada no mercado até sua expansão. Na etapa de entrada e instalação de um negócio, destacam-se os indicadores ligados ao ambiente jurídico-regulatório — Efetividade e Agilidade Jurídica, Eficácia da Regulação, Interferência Estatal Excessiva e Regulação de Patentes para Inovação. Durante a operação produtiva, o estudo reúne indicadores associados à infraestrutura, tributação, capital humano e segurança pública e entre outros. Já na etapa de expansão e crescimento, o eixo de financiamento contempla os indicadores Spread da Dívida e Risco-Estado, relacionados ao custo do crédito e à capacidade de investimento das empresas. Na imagem a seguir apresentamos graficamente a estrutura do custo Rio.

<sup>1</sup> Quando inexistentes informações consolidadas para 2025, foram utilizadas as bases oficiais mais recentes disponíveis para cada indicador.

<sup>2</sup> Os indicadores foram padronizados por meio de técnica estatística de normalização (z-score), permitindo comparabilidade entre variáveis originalmente expressas em diferentes magnitudes, unidades e escalas.



## 2. O custo de entrar e empreender no Rio

Abrir uma empresa, investir ou expandir operações no estado do Rio de Janeiro envolve custos que vão além da atividade produtiva em si. Assim, parte relevante do custo de fazer negócios no estado decorre da dificuldade de operar em um ambiente em que regras mudam com frequência, disputas levam mais tempo para serem re-

solvidas, exigências regulatórias aumentam custos administrativos e processos de inovação encontram barreiras institucionais relevantes. Na prática, isso reduz previsibilidade, amplia a percepção de risco e encarece decisões de investimento.

### 2.1 Ambiente Jurídico regulatório

O eixo de Ambiente Jurídico-Regulatório estima que a imprevisibilidade institucional gere um custo adicional frente a média das economias desenvolvidas de R\$ 42,8 bilhões por ano para a economia fluminense, equivalente a 3,1% do PIB estadual. Em termos relativos, isso significa

que o estado do Rio de Janeiro ocupa a 8ª posição entre os estados brasileiros com maior custo associado a entraves jurídicos e regulatórios, evidenciando o peso que a insegurança institucional ainda exerce sobre o ambiente de negócios fluminense.

#### 2.1.1 Efetividade e Agilidade Jurídica - O custo da demora para resolver conflitos

A lentidão na resolução de disputas judiciais aumenta custos operacionais, amplia incertezas e reduz a previsibilidade necessária para investir. Em ambientes mais morosos e menos previsíveis, empresas tendem a gastar mais recursos com proteção contratual, acompanhamento processual, gestão de riscos e provisionamentos, elevando o custo de fazer negócios. Na prática, isso faz com que parte relevante do custo de empreender no estado surja ainda na etapa de entrada e estruturação dos negócios.

O indicador de Efetividade e Agilidade Jurídica busca mensurar justamente o impacto econômico da morosidade judicial sobre o ambiente de negócios. Para isso, o estudo compara o tempo médio necessário para emissão de sentenças em primeira instância no Rio de Janeiro com o padrão observado em países da OCDE, utilizando

informações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e referências internacionais comparáveis<sup>3</sup>.

Os resultados mostram que a tramitação judicial no estado permanece significativamente acima da média dos países desenvolvidos. Enquanto no Rio de Janeiro uma sentença em primeira instância leva, em média, cerca de 817 dias, nos países da OCDE esse prazo é de aproximadamente 282 dias. Na prática, isso significa que processos no estado levam quase três vezes mais tempo para serem concluídos do que no benchmark internacional.

Na comparação regional, a resolução de disputas judiciais no Rio de Janeiro leva cerca de seis meses a mais do que em estados vizinhos como Minas Gerais e Espírito Santo. Isso faz com que empresas instaladas no estado convivam por mais tempo com contratos em aberto, disputas pendentes e incertezas sobre decisões judiciais. O

<sup>3</sup> Na regionalização estadual, o diferencial de tempo em relação ao benchmark internacional é ponderado pela intensidade da estrutura jurídica de cada estado, aproximada pelo volume de trabalhadores vinculados às atividades jurídicas, com base em dados do CAGED. O procedimento busca refletir que economias mais dependentes de estruturas jurídicas tendem a absorver impactos econômicos proporcionalmente maiores associados à morosidade e insegurança jurídica.

estudo estima que a baixa efetividade e agilidade jurídica gere um custo adicional de aproximadamente R\$ 21,5 bilhões por ano para a economia fluminense, colocando o Rio de Janeiro entre os estados com maior custo jurídico do país (11º posição).

Mais do que a duração dos processos em si, o principal impacto econômico decorre da imprevisibilidade sobre prazos, decisões e desfechos judiciais. Quanto maior a insegurança jurídica, maior tende a ser o custo de investir, contratar, expandir e operar no estado.

### Quadro Síntese do Indicador Efetividade e Agilidade Jurídica para o estado do Rio de Janeiro



10

## 2.1.2 Interferência Estatal – O custo da dependência regulatória

A atuação do Estado na economia exerce influência relevante sobre o ambiente de negócios, especialmente em setores mais regulados e intensivos em autorização, fiscalização ou prestação de serviços públicos. Quando associada a maior complexidade regulatória, sobreposição de exigências administrativas ou baixa previsibilidade institucional, essa atuação pode elevar custos operacionais, reduzir a agilidade dos investimentos e dificultar a expansão das atividades produtivas.

O indicador de Interferência Estatal Excessiva busca mensurar justamente esse impacto econômico associado à elevada presença do Estado e às restrições regulatórias sobre os mercados. Como referência internacional, o

estudo utiliza o índice Product Market Regulation (PMR) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), indicador utilizado para medir o grau de barreiras regulatórias, presença estatal e limitações à concorrência existentes em diferentes países.<sup>4</sup>

Como não existe uma medida estadual diretamente comparável ao PMR internacional, o estudo adapta essa lógica à realidade brasileira considerando o peso de setores mais expostos à regulação na estrutura econômica de cada estado, utilizando dados das Contas Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>5</sup>. A premissa é que economias mais dependentes de atividades reguladas tendem a estar mais expostas a custos

<sup>4</sup> O PMR é um indicador desenvolvido pela OCDE para avaliar o grau de eficiência regulatória dos países, medindo aspectos como barreiras administrativas, presença do Estado na economia, restrições à concorrência e complexidade regulatória sobre a atividade empresarial.

<sup>5</sup> Entre os setores considerados estão atividades mais sujeitas à presença estatal e à regulação econômica, como indústria extrativa, eletricidade, gás, água, esgoto, gestão de resíduos, transporte, armazenagem e logística.

associados à interferência estatal, à complexidade regulatória e à menor previsibilidade institucional.

Os resultados mostram que o Rio de Janeiro apresenta a maior exposição econômica do país a setores regulados, com cerca de 18,2% da economia estadual concentrada em atividades mais sujeitas à presença estatal e à regulação econômica. O estudo estima que a interferência estatal excessiva gere um custo adicional de aproxima-

damente R\$ 15 bilhões (1,1% do PIB do estado) por ano para a economia fluminense frente a média dos países da OCDE, colocando o estado na 1ª posição do ranking nacional deste indicador.

Mais do que a presença do Estado em si, o principal impacto econômico decorre da baixa previsibilidade regulatória e do aumento dos custos de adaptação das empresas frente às exigências regulatórias e operacionais.

### Quadro Síntese do Indicador Interferência Estatal para o estado do Rio de Janeiro



### 2.1.3 Eficácia da Regulação – Quando a burocracia vira custo

A baixa eficácia regulatória amplia exigências burocráticas, aumenta custos administrativos e reduz a previsibilidade necessária para o funcionamento das empresas. Ambientes regulatórios mais complexos tendem a demandar mais tempo, recursos e estrutura operacional para cumprir exigências legais e administrativas, elevando o custo de operar e dificultando a expansão da atividade produtiva.

O indicador de Eficácia da Regulação busca mensurar justamente os impactos econômicos associados ao ex-

cesso de burocracia e à complexidade regulatória sobre o ambiente de negócios. Como referência internacional, o estudo utiliza o índice relacionado ao *Administrative and Regulatory Burden* do PMR, que mede o grau de carga administrativa e regulatória incidente sobre as empresas. Para adaptar o indicador à realidade dos estados brasileiros, o estudo considera a densidade empresarial de cada economia estadual como proxy de exposição aos custos burocráticos e administrativos, utilizando dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE). A me-

todologia considera que economias com maior número de empresas tendem a estar mais expostas aos custos associados à burocracia, licenciamento, exigências administrativas e conformidade regulatória.

Os resultados mostram que o Rio de Janeiro, que possui aproximadamente 700 mil empresas formais, ocupa a 26ª posição no ranking nacional de custo relativo associado à eficácia da regulação - custo fluminense só não é menor do que o do Distrito Federal. Ainda assim, estima-se que o custo adicional associado à eficácia re-

gulatória em relação à média da OCDE gere impacto econômico de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões (0,2% do PIB) para a economia fluminense, valor próximo ao PIB de 30 municípios brasileiros, segundo dados do IBGE.

Para além das regras em si, o principal impacto econômico decorre da dificuldade de adaptação das empresas a ambientes regulatórios complexos e pouco previsíveis. Na prática, burocracia, exigências administrativas e custos de conformidade continuam impondo despesas operacionais relevantes para empresas instaladas no estado.

### Quadro Síntese do Indicador Eficácia da Regulação para o estado do Rio de Janeiro



12

## 2.1.4 Regulação de Patentes para Inovação – Quando inovar custa caro

Ambientes regulatórios pouco eficientes para inovação reduzem incentivos ao desenvolvimento tecnológico, dificultam a transformação de conhecimento em produtividade e limitam a competitividade das empresas em setores intensivos em tecnologia. O indicador de Regulação de Patentes para Inovação busca mensurar os custos econômicos associados a entraves regulatórios que dificultam a inovação, a difusão tecnológica e a transforma-

ção de conhecimento em atividade produtiva.

Como referência internacional, o estudo utiliza componentes do índice PMR/OCDE relacionados ao impacto da regulação sobre inovação e ambiente de negócios. Na prática, o indicador procura estimar quanto a economia brasileira — e posteriormente cada estado — precisa desembolsar adicionalmente, em comparação à média das economias mais avançadas da OCDE, devido

a um ambiente regulatório menos favorável à inovação. A metodologia nacional parte do diferencial observado entre o Brasil e a média da OCDE nos componentes do PMR ligados à inovação. Esse gap regulatório é convertido em um custo econômico agregado para o país, refletindo os impactos de um ambiente menos eficiente para desenvolvimento tecnológico, proteção de patentes e difusão de inovação.

Como não existem indicadores estaduais diretamente comparáveis à metodologia internacional da OCDE, a adaptação para as Unidades da Federação considera a intensidade das atividades inovativas em cada estado. Para isso, o estudo utiliza dados de emprego formal em setores intensivos em tecnologia e conhecimento — conforme classificação da OCDE adaptada à CNAE 2.0 abrangendo manufaturas de média-alta e alta tecnologia, além de serviços intensivos em conhecimento (KIBS)— combinados à participação do PIB estadual na economia nacional. A lógica busca refletir que estados com maior concentração de atividades intensivas em tecnologia, pesquisa e conhecimento tendem a estar mais expostos aos custos econômicos decorrentes de

barreiras regulatórias à inovação.

Os resultados mostram que o Rio de Janeiro possui aproximadamente 264 mil empregos formais em atividades intensivas em tecnologia e conhecimento, representando cerca de 5,6% do total de empregos do estado. O estudo estima que, devido às limitações regulatórias relacionadas à inovação, a economia fluminense precise desembolsar aproximadamente R\$ 3,4 bilhões (0,2% do PIB Rio) a mais por ano em comparação às economias mais avançadas da OCDE. O resultado coloca o Rio de Janeiro entre os dez maiores custos relativos do país neste indicador e evidencia como barreiras regulatórias ainda reduzem a eficiência do ambiente de inovação e ampliam o custo de desenvolver, proteger e transformar conhecimento em atividade produtiva.

Mais do que a existência de regras em si, o principal impacto econômico decorre da dificuldade de transformar inovação em produtividade, competitividade e crescimento econômico. Quanto menos eficiente o ambiente regulatório para inovação, maior tende a ser o custo de desenvolver, proteger e escalar novas tecnologias e modelos de negócio.

### Quadro Síntese do Indicador Regulação de Patentes para Inovação para o estado do Rio de Janeiro



## 3. O custo de operar no Estado

Depois das barreiras para entrar no ambiente de negócios, os custos se manifestam na operação das empresas fluminenses. É nessa etapa que o empresário enfrenta os desafios cotidianos para manter sua atividade funcionando de forma competitiva, eficiente e sustentável. O estudo mostra que, embora o Rio de Janeiro possua ativos estratégicos relevantes, como capital humano relativamente qualificado e vantagens comparativas em determinadas dimensões da infraestrutura, esses ganhos convivem com gargalos estruturais que elevam significativamente o custo de operar no estado.

Enquanto economias mais competitivas conseguem concentrar esforços em produzir, inovar e ganhar escala, ambientes operacionais mais complexos exigem das empresas uma estrutura paralela apenas para conseguir funcionar. É justamente essa dimensão do custo de operar que os eixos desta etapa procuram capturar: os fatores que aumentam o esforço necessário para produzir, empregar, circular, cumprir obrigações e competir dentro da legalidade.

### 3.1 Honrar Tributos – Produzir, pagar e ainda competir

Entre os principais entraves ao ambiente de negócios fluminense, o eixo de Honrar Tributos evidencia um dos custos mais persistentes para quem produz e investe no estado: o elevado esforço necessário para operar dentro da legalidade tributária. Mais do que o peso dos impostos, os resultados mostram como burocracia, complexidade regulatória e informalidade acabam consumindo tempo, recursos financeiros e capacidade operacional das empresas.

O resultado é um ambiente de negócios mais oneroso, menos previsível e com menor capacidade de geração de produtividade. Não por acaso, este é o eixo de maior peso econômico do estudo: o custo associado a Honrar Tributos - em comparação aos padrões observados nos países da OCDE - é estimado em R\$ 93 bilhões por ano, equivalente a 6,8% do PIB fluminense. Em termos relativos, o Rio de Janeiro ocupa a 13ª posição nacional nesse eixo.

#### 3.1.1 Complexidade Tributária – O custo de manter a empresa em dia

O indicador evidencia o volume de recursos que empresas precisam mobilizar apenas para conseguir operar dentro das exigências fiscais e regulatórias do país. Na prática, parte significativa do tempo, da estrutura administrativa e dos gastos empresariais deixa de ser direcionada para investimento, inovação e expansão produtiva para ser consumida pelo cumprimento de obrigações tributárias. O indicador busca mensurar o custo econômico associado à complexidade do sistema tributário brasileiro, refletido nos recursos necessários para cumprimento de obrigações fiscais, contábeis e acessórias pelas empresas. A metodologia parte do diferencial entre o custo de con-

formidade tributária observado no Brasil e a média dos países da OCDE<sup>6</sup>, capturando o custo adicional imposto às empresas brasileiras para operar em um ambiente tributário mais complexo. Para a adaptação estadual, utiliza-se como proxy a massa salarial das atividades ligadas à contabilidade, auditoria e consultoria tributária. A lógica é que economias que demandam maior mobilização de profissionais e estruturas especializadas para lidar com exigências fiscais tendem a enfrentar maior custo indireto de operação.

Os resultados mostram que o estado fluminense possui o 3º maior custo relativo do país nesse indicador, atrás

<sup>6</sup> O gap internacional utiliza informações do Tax Complexity Index, elaborado pela TFM Group, especificamente o componente relacionado ao custo de conformidade tributária (Tax Compliance Complexity).

apenas de São Paulo e Minas Gerais. O estado concentra 7,6% da massa salarial brasileira das atividades diretamente relacionadas à conformidade fiscal e tributária, evidenciando o elevado volume de recursos mobilizados pelas empresas fluminenses apenas para lidar com obrigações acessórias, exigências regulatórias e gestão tributária. Em termos econômicos, o custo adicional do estado frente a média dos países da OCDE associado

à complexidade tributária é estimado em aproximadamente R\$ 5 bilhões (0,4% do PIB Rio).

No Rio de Janeiro, o resultado reforça como a complexidade tributária vai além da discussão sobre carga de impostos. Trata-se também de um custo de organização, gestão e funcionamento das empresas, que reduz produtividade, eleva despesas administrativas e compromete a competitividade do setor produtivo.

### Quadro Síntese do Indicador Complexidade Tributária para o estado do Rio de Janeiro



### 3.1.2 Carga Tributária do Setor Privado – Produzir mais, tributar menos

O indicador de carga tributária do setor privado procura dimensionar quanto da capacidade produtiva das empresas é absorvida pelo sistema tributário. No Rio de Janeiro, o resultado evidencia como a elevada incidência de tributos sobre a atividade econômica se converte em um custo relevante para produzir, investir e expandir negócios. O efeito econômico é uma atividade produtiva mais onerosa e com menor potencial de expansão no longo prazo.

O indicador busca mensurar o custo econômico associado à maior carga tributária incidente sobre o setor privado brasileiro em relação aos padrões observados nos países da OCDE<sup>7</sup>. A metodologia parte do diferencial entre a participação dos impostos sobre empresas no PIB do Brasil e a média internacional, capturando o peso adicional da tributação sobre a atividade produtiva nacional. Na adaptação estadual, o indicador considera simulta-

neamente o porte da economia local e o grau de incidência tributária sobre a atividade produtiva. No caso do Rio de Janeiro, a proxy utilizada considera a arrecadação de ICMS em relação ao VAB industrial, excluindo atividades ligadas à produção de petróleo, gás natural e derivados, de forma a evitar distorções associadas ao fato de parte relevante da arrecadação do setor ocorrer no destino do consumo. Considerando esse recorte, a carga tributária estimada para o estado alcança 17,2%, cerca de 4 pontos percentuais acima da média observada para os estados do Sul e Sudeste (com exceção de São Paulo). Os resultados mostram que o custo tributário incidente sobre o setor privado no Rio de Janeiro é cerca de 30%

superior à média dos estados da região Sul e Sudeste (exceção para o estado de São Paulo) - economias fortemente industrializadas. Na prática, isso significa que empresas no Rio de Janeiro suportam um custo adicional estimado em R\$ 43,6 bilhões por ano apenas para operar sob uma carga tributária superior à observada, em média, nos países da OCDE.

O indicador reforça, portanto, que o peso da tributação vai além do impacto financeiro direto sobre as empresas. Trata-se também de um fator que reduz competitividade, limita a capacidade de planejamento e compromete decisões de investimento e expansão produtiva no estado.

### Quadro Síntese do Indicador Carga Tributária do Setor Privado para o estado do Rio de Janeiro



<sup>7</sup> O gap internacional utiliza informações da OCDE e da Receita Federal para comparar a participação dos impostos incidentes sobre empresas como percentual do PIB entre o Brasil e a média dos países da OCDE.

### 3.1.3 Informalidade – O custo da concorrência desigual

O indicador de informalidade busca mensurar o custo econômico associado à parcela da atividade produtiva que opera fora das estruturas formais de tributação, regulação e proteção institucional. No Rio de Janeiro, o resultado evidencia como a elevada presença da informalidade amplia distorções concorrenciais e penaliza empresas que atuam dentro da legalidade.

O indicador busca mensurar o custo econômico associado ao elevado grau de informalidade da economia brasileira em relação aos padrões observados nos países da OCDE. A metodologia parte do diferencial entre a participação estimada da economia informal no PIB brasileiro e a média internacional, capturando perdas associadas à menor arrecadação, menor produtividade e distorções concorrenciais no ambiente de negócios. Como não existe uma medida estadual direta da economia informal em termos de valor adicionado, a adaptação para os estados utiliza como aproximação a participação da renda do trabalho informal na renda total do trabalho, com

base em dados do IBGE<sup>8</sup>, buscando captar o grau de informalidade econômica presente em cada estado e seus impactos sobre o funcionamento da economia formal.

Os resultados mostram que o Rio de Janeiro possui o 10º maior custo do país associado à informalidade, cerca de 33% superior à média observada nos estados das regiões Sul e Sudestes (exceto Espírito Santo). O custo estimado adicional é de aproximadamente R\$ 44,4 bilhões, equivalente a aproximadamente 3,3% do PIB fluminense. No estado, a renda gerada pelo trabalho informal representa aproximadamente 24,7% da massa total de rendimentos do trabalho — ou seja, na prática, cerca de 1 em cada 4 reais movimentados pelo mercado de trabalho fluminense está associado à informalidade.

Mais do que uma perda arrecadatória, o indicador evidencia como a informalidade compromete produtividade, reduz competitividade e limita a capacidade de crescimento sustentável da economia.

#### Quadro Síntese do Indicador Informalidade para o estado do Rio de Janeiro



<sup>8</sup> Dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua).

## 3.2 Segurança Pública e Privada – O imposto do Medo

A etapa de produção no Rio de Janeiro convive com um custo adicional que vai além da tributação. A insegurança pública e o avanço da ilegalidade afetam diretamente a operação das empresas, comprometendo logística, funcionamento das unidades produtivas, circulação de mercadorias e atração de investimentos. Em muitos casos, as empresas incorporam custos extras com proteção patrimonial, seguros mais caros e interrupções operacionais.

Ao mesmo tempo, a expansão de mercados ilegais reduz competitividade e enfraquece a atividade econômica.

O resultado é um ambiente em que parte relevante das empresas precisa absorver custos que não geram produtividade ou expansão da produção. Nesse contexto, o eixo de Segurança Pública e Privada busca mensurar os impactos econômicos da insegurança e da ilegalidade sobre o ambiente de negócios fluminense. Os resultados indicam um custo adicional estimado em R\$ 31,1 bilhões por ano frente à média dos países da OCDE, equivalente a 2,3% do PIB estadual. Em termos relativos, o Rio de Janeiro ocupa a 7ª posição nacional nesse eixo.

### 3.2.1 Custo da Insegurança – Produzir sob ameaça custa bilhões

O indicador de custo da insegurança busca mensurar como a violência impacta diretamente o funcionamento da economia e o ambiente de negócios no Rio de Janeiro. Mais do que um problema social, a insegurança representa um custo econômico relevante para empresas e para a atividade produtiva, elevando gastos com segurança, seguros, logística e gestão de risco, além de afetar produtividade, circulação de pessoas e mercadorias e atratividade para novos investimentos.

A metodologia do indicador parte do diferencial entre o impacto econômico da violência observado no Brasil e o padrão verificado em economias da OCDE, utilizando como referência as estimativas do Global Peace Index (GPI). Para captar as diferenças estaduais, o cálculo combina a escala econômica de cada unidade da federação com a intensidade relativa da criminalidade, utilizando como proxy a taxa de roubo por 100 mil habitantes<sup>9</sup>, com base em dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Os resultados mostram que o custo adicional associado à insegurança no Rio de Janeiro é estimado em aproximadamente R\$ 9,7 bilhões por ano, equivalente a cerca de 0,7% do PIB estadual. O estado apresenta uma das maiores incidências de roubos do país, ocupando a 3ª posição nacional nesse indicador. A taxa de roubos no Rio alcança aproximadamente 621 registros por 100 mil habitantes — quase 3 vezes superior à média observada nos estados das regiões Sul e Sudeste.

Mais do que perdas financeiras diretas, o indicador evidencia como a insegurança deteriora o ambiente de negócios, aumenta custos de operação e reduz competitividade. Em economias mais seguras, empresas conseguem direcionar recursos para expansão, inovação e produtividade. Já em ambientes mais violentos, cresce a necessidade de destinar parte relevante da estrutura empresarial apenas para proteção e mitigação de riscos.

<sup>9</sup> A taxa de roubos corresponde ao total de registros de roubo (art. 157 do Código Penal) por 100 mil habitantes em cada unidade da federação, incluindo diferentes modalidades do crime. Os dados foram obtidos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 (FBSP), com base em registros das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, do ISP/RJ e das Polícias Cíveis estaduais, utilizando as projeções populacionais do IBGE para padronização das taxas.

## Quadro Síntese do Indicador Custo da Insegurança para o estado do Rio de Janeiro



### 3.2.2 Ilegalidade – O custo da economia paralela

O indicador busca mensurar como a atuação de mercados ilícitos impacta diretamente a produção, circulação e comercialização de bens no Rio de Janeiro. Além dos impactos sobre a segurança pública, a ilegalidade representa um custo relevante para o ambiente de negócios, ampliando concorrência desleal, elevando riscos operacionais e pressionando gastos com logística, segurança e gestão de risco. Na prática, a presença de mercadorias ilegais desorganiza cadeias produtivas, reduz competitividade e dificulta investimentos, especialmente em setores mais expostos à atuação do crime organizado e à circulação de produtos ilícitos.

Diferentemente dos demais indicadores do estudo, a ilegalidade não dispõe de uma base internacional padronizada que permita comparações homogêneas entre países. Nesse contexto, o indicador parte do entendimento de que qualquer nível de ilegalidade representa uma distorção econômica incompatível com o funcionamento eficiente dos mercados — ou seja, o valor de referência implícito é zero. Assim, o cálculo utiliza como base as estimativas econômicas do estudo Brasil Illegal<sup>10</sup> e, para captar as diferenças estaduais, combina indicadores associados à criminalidade econômica e à circulação de bens ilícitos, como roubo de carga, receptação, apreensão de drogas e crimes relacionados a veículos.

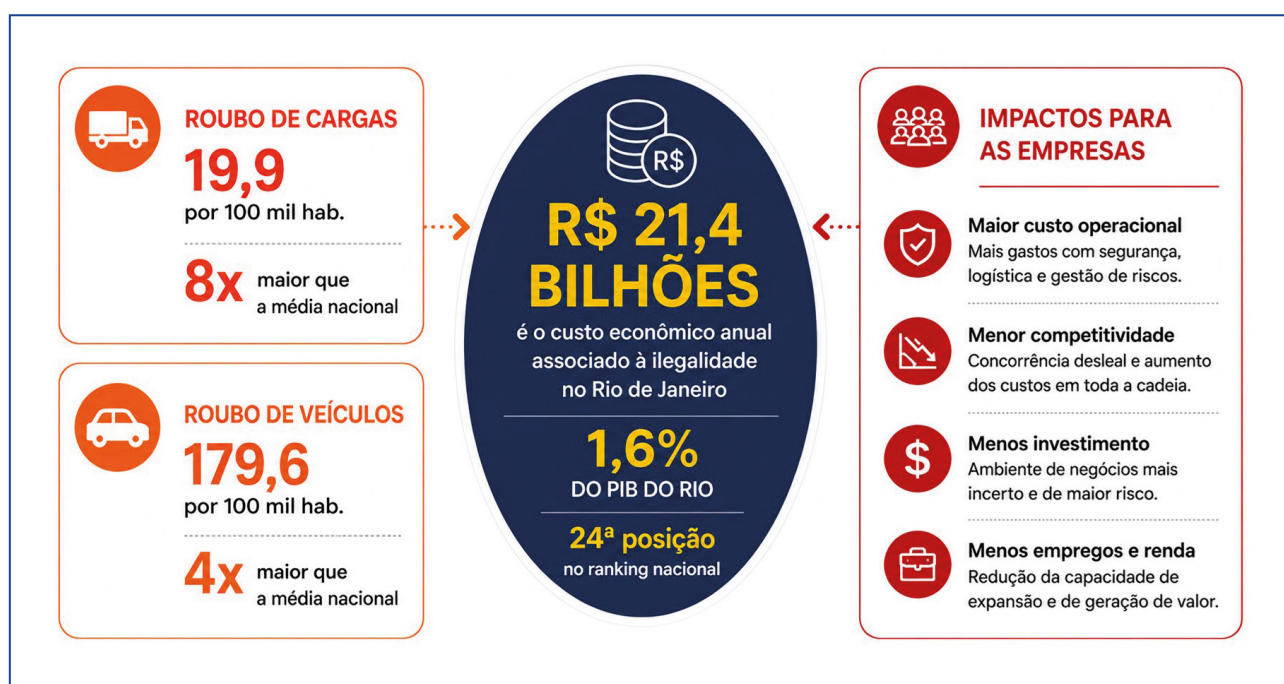
<sup>10</sup> O estudo do Brasil Illegal, elaborado pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), estima os impactos econômicos associados aos mercados ilícitos e à criminalidade econômica no país. O levantamento reúne informações de 15 setores produtivos da economia brasileira e aponta perdas superiores a R\$ 470 bilhões anuais. Desse total, cerca de R\$ 326,3 bilhões correspondem a perdas diretas da indústria, enquanto aproximadamente R\$ 146,8 bilhões estão associados à evasão fiscal, refletindo tributos que deixaram de ser recolhidos aos cofres públicos em razão da circulação de bens ilegais e práticas ilícitas na economia.

Os resultados mostram que o custo adicional associado à ilegalidade no Rio de Janeiro frente à média das economias da OCDE é estimado em aproximadamente R\$ 21,4 bilhões — um dos maiores custos absolutos do país. O estado apresenta níveis elevados de criminalidade econômica, com destaque para a taxa de roubo de carga, cerca de 8 vezes superior à média nacional, e para o roubo de veículos, aproximadamente 4 vezes acima da média do país. Ainda assim, em termos relativos ao tamanho da economia estadual (1,6% do PIB), o Rio ocupa a 24ª posição nacional nesse indicador, refletindo

o efeito de diluição proporcionado pelo nível elevado da atividade fluminense, apesar da forte exposição da economia local à atuação de mercados ilícitos.

Além das perdas econômicas diretas, o indicador evidencia como a ilegalidade deteriora competitividade, reduz capacidade de investimento e compromete o funcionamento eficiente da economia. Em ambientes mais afetados pela criminalidade econômica, empresas precisam direcionar parcela crescente de seus recursos para mitigação de riscos, reduzindo capacidade de expansão, geração de emprego e ganhos de produtividade.

### Quadro Síntese do Indicador Ilegalidade para o estado do Rio de Janeiro



20

## 3.3 Capital Humano – Vantagem Competitiva

O capital humano representa uma dimensão estratégica para a competitividade do Rio de Janeiro, embora ainda imponha custos relevantes para a operação das empresas. A maior qualificação da força de trabalho fluminense ajuda a reduzir parte das dificuldades enfrentadas pelas empresas, especialmente em atividades intensivas em conhecimento e serviços especializados. Ainda assim, contratar, desenvolver e manter trabalhadores no estado continua sendo um desafio relevante para o ambiente de negócios. Além da qualificação profissional, encargos sobre a folha, insegurança nas relações de trabalho e elevada judicialização trabalhista aumentam o custo do emprego formal

e pressionam a produtividade das empresas. O eixo busca mensurar justamente quanto esses fatores encarecem a operação no estado. Frente à média dos países da OCDE, os custos adicionais associados ao capital humano no Rio de Janeiro são estimados em R\$ 35,3 bilhões por ano, o equivalente a 2,6% do PIB estadual. Apesar do valor expressivo em termos absolutos, o Rio de Janeiro ocupa a 25ª posição no ranking nacional desse eixo — o terceiro menor custo relativo entre os estados brasileiros —, configurando a melhor posição relativa do estado entre todos os eixos analisados e evidenciando uma situação mais favorável do que a observada na maior parte do país.

### 3.3.1 Habilidades da Força de Trabalho – O ativo estratégico fluminense

A qualificação da força de trabalho é um dos principais diferenciais competitivos do Rio de Janeiro dentro do eixo de capital humano. O estado possui média de 11,2 anos de estudo da população adulta — atrás apenas do Distrito Federal — o que contribui para reduzir perdas de produtividade e aumentar a capacidade de geração de valor da economia fluminense. Ainda assim, o indicador mostra que permanece um custo econômico relevante associado à distância em relação aos padrões educacionais observados nos países da OCDE.

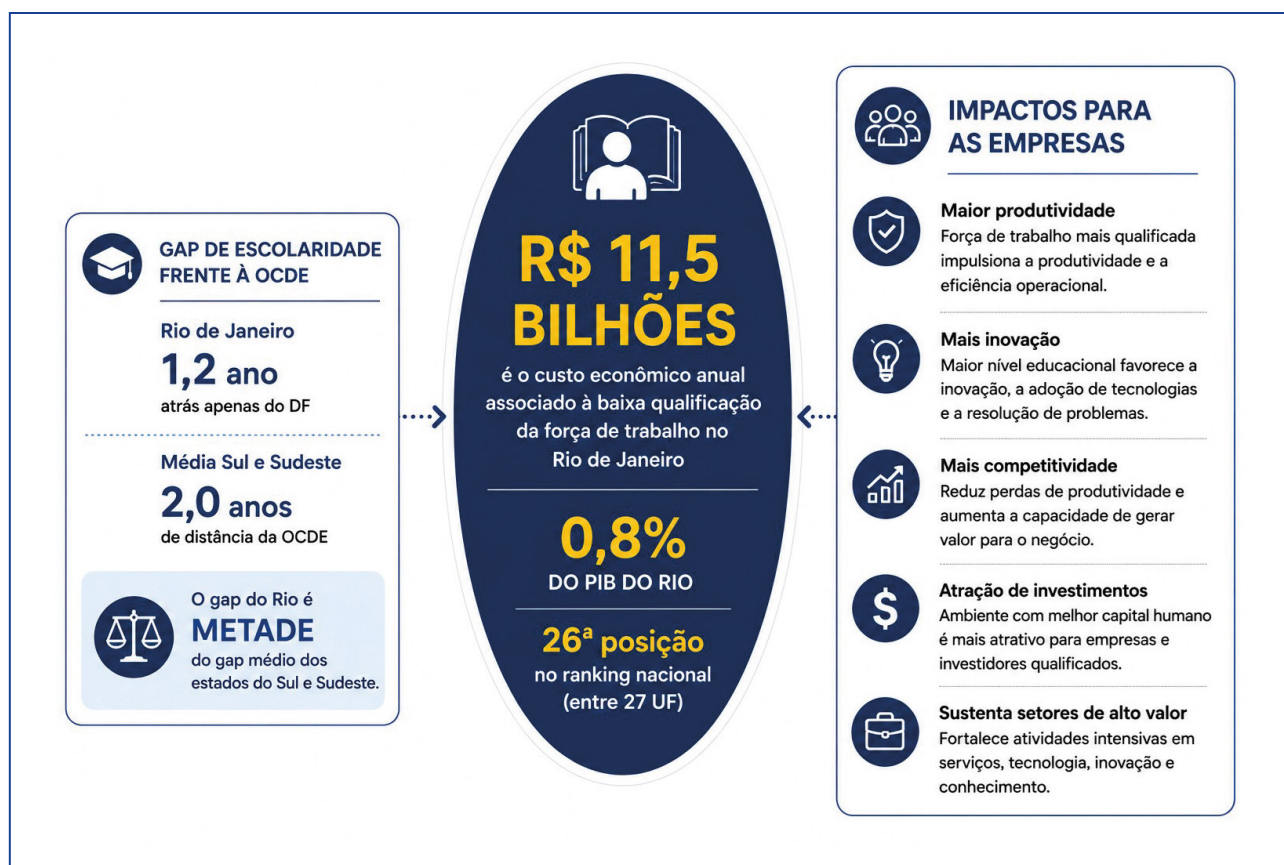
No Rio de Janeiro, esse custo adicional é estimado em R\$ 11,5 bilhões por ano, o equivalente a 0,8% do PIB estadual. Apesar do valor expressivo, o estado ocupa a 26ª posição no ranking nacional de intensidade do indicador, apresentando uma das menores perdas relativas do país associadas à escolaridade da força de trabalho.

O indicador busca mensurar justamente os impactos econômicos da diferença entre a escolaridade média

da população adulta e o benchmark internacional da OCDE. A lógica é simples: quanto maior o nível educacional da força de trabalho, maior tende a ser a produtividade, a capacidade de inovação e a eficiência da economia. Por isso, estados com maior qualificação relativa apresentam menor custo econômico associado ao capital humano.

Mesmo em um cenário nacional ainda marcado por déficits educacionais relevantes, o Rio de Janeiro apresenta uma força de trabalho relativamente mais qualificada do que a maior parte das unidades da federação. Enquanto o gap de escolaridade do estado em relação à média da OCDE é de 1,2 ano a distância média observada entre os estados das regiões Sul e Sudeste é de aproximadamente 2 anos. Essa vantagem ajuda a sustentar atividades intensivas em serviços, tecnologia, inovação e conhecimento, reduzindo perdas relativas de produtividade e fortalecendo a competitividade do estado.

#### Quadro Síntese do Indicador Habilidades da Força de Trabalho para o estado do Rio de Janeiro



### 3.3.2 Encargos Trabalhistas - O trabalho custa caro. No Rio, pouco menos.

Os encargos trabalhistas representam um dos principais componentes do custo de contratação formal no Brasil e afetam diretamente a competitividade das empresas. No Rio de Janeiro, esse custo adicional frente às economias avançadas da OCDE alcança R\$ 19,3 bilhões por ano, o equivalente a 1,4% do PIB estadual. Ainda que elevado, o estado apresenta uma situação relativamente mais favorável no cenário nacional, ocupando a 23ª posição no ranking de intensidade do custo entre as unidades da federação.

O indicador busca capturar o peso adicional da estrutura de encargos sobre a folha de pagamentos em comparação aos padrões médios observados nos países da OCDE. O diferencial utilizado no cálculo considera a diferença entre a participação dos encargos sobre a massa salarial no Brasil e a média observada nos países da OCDE. A partir desse diferencial, o custo estadual

é estimado com base na massa salarial formal de cada unidade da federação.

Como o estado do Rio de Janeiro possui uma força de trabalho relativamente mais qualificada parte desse custo acaba sendo compensada por ganhos de capital humano. Isso ajuda a explicar por que o estado apresenta menor carga relativa de encargos do que economias relevantes como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O resultado reforça uma característica importante da economia fluminense: embora o custo do trabalho formal continue elevado em termos absolutos, a combinação entre qualificação da mão de obra e menor intensidade relativa do indicador contribui para tornar o eixo de capital humano uma vantagem competitiva relativa do estado dentro da etapa de operação da produção.

#### Quadro Síntese do Indicador Encargos Trabalhistas para o estado do Rio de Janeiro



### 3.3.3 Judicialização Trabalhista - O preço da litigiosidade no trabalho

A elevada judicialização trabalhista aumenta os custos, a insegurança jurídica e a complexidade das relações de trabalho, tornando mais difícil contratar, reter e administrar trabalhadores no país. No Rio de Janeiro, esse custo é estimado em R\$ 4,5 bilhões por ano, o equivalente a 0,33% do PIB estadual, colocando o estado na 14ª posição no ranking nacional de intensidade do indicador. Embora relevante, o custo relativo fluminense é inferior ao observado em importantes economias do país, como São Paulo.

Esse custo está diretamente relacionado ao excesso de litígios trabalhistas em comparação aos padrões observados nos países da OCDE. O indicador considera o volume de processos trabalhistas por milhão de habitantes e o valor médio desembolsado por processo para estimar os impactos econômicos da judicialização sobre o ambiente de negócios. Na prática, níveis mais elevados

de litigiosidade ampliam riscos operacionais, reduzem previsibilidade e aumentam o custo da gestão das relações de trabalho.

No caso do Rio de Janeiro, o volume de processos trabalhistas permanece muito acima do benchmark internacional. Estima-se que quase 90% dos processos observados no estado representem um excesso em relação ao padrão médio da OCDE, refletindo um ambiente mais litigioso e custoso para as empresas. No âmbito interno, o custo relativo no Rio é cerca de 12% inferior à observada em São Paulo.

O indicador mostra que a insegurança jurídica nas relações trabalhistas também se transforma em custo econômico para a operação das empresas. Quanto maior a judicialização, maior tende a ser a cautela na contratação formal e na expansão da força de trabalho, afetando produtividade, competitividade e eficiência operacional.

#### Quadro Síntese do Indicador Judicialização Trabalhistas para o estado do Rio de Janeiro



## 3.4 Dispor de infraestrutura - onde o Rio transforma localização em vantagem econômica

Infraestrutura é um dos principais fatores que determinam a capacidade de uma economia produzir, crescer e atrair investimentos. No caso do Rio de Janeiro, esse eixo revela um diferencial competitivo importante frente a grande parte dos estados brasileiros.

No estado, ativos estratégicos ligados à conectividade, energia e integração produtiva ajudam a sustentar parte da competitividade da economia fluminense. Custos logísticos relativamente mais eficientes, maior conectividade digital e uma base energética relevante para setores intensivos em energia contribuem para ampliar a capacidade de operação das empresas e fortalecer a

atratividade do Rio para investimentos.

Ainda que persistam desafios importantes em segmentos específicos, o eixo evidencia que a infraestrutura permanece como um dos principais pilares de sustentação da atividade econômica fluminense. Os resultados indicam um custo adicional estimado em R\$ 40,6 bilhões por ano frente à média dos países da OCDE, equivalente a 3,0% do PIB estadual. Em termos relativos, o Rio de Janeiro ocupa a 24ª posição nacional nesse eixo — o quarto menor custo relativo do país —, reforçando que, assim como em capital humano, a infraestrutura figura entre os eixos mais competitivos da economia fluminense.

### 3.4.1 Custo logístico – ativo que mantém o Rio em movimento

A logística é um dos elementos mais determinantes para a competitividade de uma economia. Custos elevados de transporte, armazenagem e deslocamento aumentam o preço da produção, reduzem eficiência operacional e dificultam a integração entre empresas, fornecedores e mercados consumidores. Em economias mais desenvolvidas, esses custos tendem a ocupar uma parcela menor do PIB, refletindo maior eficiência de infraestrutura e integração modal.

Assim, esse indicador mensura justamente o custo adicional que a economia brasileira incorre em relação à média observada nos países da OCDE<sup>11</sup>. Esse diferencial

reflete gargalos de infraestrutura, elevada dependência do modal rodoviário e maiores custos de transporte, armazenagem e operação logística. A partir desse gap internacional, o estudo estima o impacto econômico agregado sobre o país e distribui esse custo entre os estados conforme sua exposição à movimentação de cargas na malha rodoviária nacional<sup>12</sup>.

No Rio de Janeiro, entretanto, a infraestrutura instalada ajuda a reduzir parte dessas fricções. O estado reúne uma posição logística estratégica, com importantes portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, além de forte integração com grandes mercados consumidores e produtivos

<sup>11</sup> O cálculo nacional do custo logístico parte do diferencial entre a participação dos custos logísticos no PIB brasileiro e a média observada nos países da OCDE. Para o Brasil, foi utilizada estimativa de custos logísticos com base em dados do Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS). Como benchmark internacional, utilizou-se dados de Armstrong & Associates.

<sup>12</sup> A regionalização do indicador utiliza como proxy da exposição logística estadual a intensidade da movimentação de cargas na malha rodoviária brasileira, ponderada pela extensão dos trechos localizados em cada Unidade da Federação. O custo nacional é então distribuído proporcionalmente entre os estados conforme sua participação nessa exposição logística agregada, preservando a consistência do valor nacional estimado. Os dados de movimentação de cargas e malha rodoviária são da ONTL/Infra S.A. e ANTT.

do país. Essa estrutura contribui para tornar o impacto relativo do custo logístico menor do que o observado na maior parte das Unidades da Federação.

Os resultados mostram que o custo adicional frente à média dos países da OCDE associado às ineficiências logísticas no Rio de Janeiro é estimado em aproximadamente R\$ 30,7 bilhões por ano, o equivalente a 2,3%

do PIB estadual. Apesar do valor expressivo em termos absolutos, o estado ocupa a 25ª posição no ranking nacional de intensidade do indicador — atrás apenas de Amazonas e Distrito Federal — evidenciando uma situação relativamente mais favorável na comparação nacional.

### Quadro Síntese do Indicador Custo Logístico para o estado do Rio de Janeiro



### 3.4.2 Custo de Infraestrutura de Telecomunicações – Competitividade em tempo real

A infraestrutura digital se tornou um dos principais fatores de competitividade da economia moderna. Em economias mais desenvolvidas, a conectividade funciona como um ativo estratégico capaz de reduzir custos operacionais e ampliar eficiência em praticamente todos os setores produtivos.

O indicador mensura justamente o custo adicional associado ao déficit de infraestrutura de telecomunicações do Brasil em relação ao padrão médio observado nos

países da OCDE. A partir da diferença no acesso à banda larga fixa e móvel por 100 habitantes, o estudo estima o impacto econômico da menor conectividade sobre a atividade produtiva e distribui esse custo entre os estados conforme o nível relativo de infraestrutura digital disponível em cada economia estadual.

No caso do Rio de Janeiro, os resultados mostram uma posição relativamente favorável na comparação nacional. O estado apresenta uma das maiores densidades de

conectividade do país, com cerca de 27 acessos de banda larga para cada 100 habitantes — quase o dobro do observado em Minas Gerais. Essa infraestrutura digital mais madura contribui para reduzir custos de operação, ampliar integração econômica e aumentar a capacidade de atração de investimentos e serviços intensivos em tecnologia.

Ainda assim, o Rio de Janeiro registra um custo estimado

em aproximadamente R\$ 7,5 bilhões por ano associado ao gap de telecomunicações frente ao benchmark internacional, equivalente a cerca de 0,6% do PIB estadual. Na comparação nacional, o estado ocupa a 25ª posição no ranking nacional de intensidade do indicador — atrás apenas de São Paulo e Distrito Federal — evidenciando uma situação significativamente mais favorável do que a observada na maior parte das Unidades da Federação.

### Quadro Síntese do Indicador Custo da Infraestrutura de Telecomunicações para o estado do Rio de Janeiro



### 3.4.3 Custo do Gás Natural – Competitividade queimada na tarifa

O gás natural se tornou um insumo básico cada vez mais relevante para a competitividade da indústria. Setores como siderurgia, química, cerâmica, vidro, papel e celulose dependem diretamente desse recurso para sustentar produção e eficiência operacional. Em muitos segmentos industriais, o custo da energia e do gás natural representa um dos principais componentes da etapa operacional da produção, podendo determinar a viabilidade econô-

mica da atividade no estado.

Nesse contexto, o indicador mensura justamente o custo adicional associado às tarifas de gás natural no Brasil em relação ao padrão observado nos países da OCDE. A metodologia compara a tarifa média estadual com o benchmark internacional e aplica esse diferencial sobre o consumo de gás natural em cada Unidade da Federação. No caso do Rio de Janeiro, o gap tarifário em re-

lação à média da OCDE é de aproximadamente 40%, evidenciando gargalos relevantes de competitividade energética frente ao padrão internacional.

Na comparação nacional, o Rio de Janeiro ocupa a 5ª posição no ranking de intensidade do indicador. Ainda assim, o impacto agregado permanece relativamente moderado em relação ao tamanho da economia estadual. O custo adicional estimado para o estado frente à média das economias da OCDE é de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões por ano, equivalente a cerca de 0,2% do PIB do estado somente.

O dado, entretanto, não elimina um problema estrutural relevante para a competitividade industrial fluminense. Mesmo concentrando uma das principais cadeias de óleo e gás do país, o Rio de Janeiro ainda opera com tarifas significativamente superiores às observadas em estados concorrentes. A tarifa média praticada no estado é quase 30% superior à média observada nos demais estados do Sudeste, ampliando custos operacionais e reduzindo parte da vantagem competitiva potencial da indústria fluminense.

### Quadro Síntese do Indicador Custo do Gás Natural para o estado do Rio de Janeiro



### 3.4.4 Custo da Energia Elétrica – O Rio contra a corrente

Assim como o gás natural discutido no indicador anterior, a energia elétrica representa um insumo básico essencial para o funcionamento da atividade industrial e da economia. Além de sustentar processos produtivos, automação, refrigeração e operação de máquinas e equipamentos, a eletricidade possui peso central na matriz energética industrial brasileira, respondendo por parcela relevante

do consumo energético do setor produtivo (a eletricidade corresponde a 24% de todo o consumo energético da industrial<sup>13</sup>). Nesse contexto, diferenças tarifárias podem impactar diretamente custos operacionais, competitividade e capacidade de expansão da indústria.

Partindo dessa relevância econômica, o indicador mensura o diferencial entre a tarifa média de energia elétrica

<sup>13</sup> Segundo dados do Relatório Síntese do Balanço Energético Nacional (BEM) 2025 divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

observada em cada estado e o benchmark internacional da OCDE, aplicando esse gap sobre o consumo de energia elétrica local. Diferentemente do observado em outros componentes do Custo Rio, o Brasil apresenta, em média, tarifas inferiores ao padrão internacional utilizado como referência. Por esse motivo, praticamente todas as Unidades da Federação registram custo nulo no indicador, já que operam abaixo do benchmark internacional. O estado do Rio de Janeiro representa a única exceção desse cenário. O estado é a única unidade da federação

em que a tarifa média de energia elétrica supera o benchmark da OCDE, apresentando um diferencial positivo estimado em cerca de R\$ 8,7 por MWh em relação ao padrão internacional. Os resultados indicam um custo estimado em aproximadamente R\$ 329 milhões por ano, equivalente a cerca de 0,02% do PIB estadual. Apesar do baixo peso relativo, o indicador funciona como um sinal de alerta para a competitividade industrial, sobretudo em segmentos mais intensivos em energia elétrica.

### Quadro Síntese do Indicador Custo da Energia Elétrica para o estado do Rio de Janeiro



## 4. O Custo de crescer e expandir no Rio

Depois de enfrentar entraves regulatórios, custos operacionais elevados, insegurança e dificuldades tributárias ao longo da produção, as empresas no Rio de Janeiro ainda encontram um obstáculo decisivo para crescer: o alto custo do capital. Em um ambiente em que financiar investimentos é caro e arriscado, muitos projetos deixam de sair do papel, empresas reduzem planos de expansão e ganhos de produtividade acabam limitados pela dificuldade de acesso ao crédito.

O eixo Financiar um Negócio busca justamente mensurar esse peso adicional imposto ao crescimento econômico. A análise considera dois fatores centrais: o elevado spread da dívida — que encarece empréstimos e operações

de crédito — e o risco associado ao ambiente fiscal e econômico do estado, que afeta a percepção de segurança para investidores e instituições financeiras. Na prática, isso significa juros mais altos, maior seletividade no crédito e menor capacidade de expansão produtiva. O resultado é um ambiente menos favorável ao ganho de escala das empresas. Quando o custo para financiar máquinas, ampliar plantas industriais, inovar ou simplesmente manter capital de giro se torna excessivo, projetos de investimento tendem a ser adiados, reduzindo a capacidade de expansão, competitividade e geração de empregos de maior produtividade.

### 4.1 Financiar Negócios – Crédito caro. Expansão lenta

Frente à média observada nos países desenvolvidos, o custo do financiamento no Rio de Janeiro gera uma perda econômica estimada em R\$ 31,9 bilhões por ano, o equivalente a 2,3% do PIB estadual. Em termos relativos, o estado do Rio de Janeiro ocupa a 2ª posição entre as

27 Unidades da Federação nesse eixo — a pior colocação relativa do estado entre todos os eixos analisados. O resultado revela que o acesso ao financiamento figura hoje como um dos entraves mais críticos à competitividade e à expansão da atividade produtiva fluminense

#### 4.1.1 Custo do Risco-Estado – O preço da desconfiança fiscal

O custo do capital no estado do Rio de Janeiro não é impactado apenas pelos juros elevados da economia brasileira. A percepção de risco associada à situação fiscal do estado também influencia diretamente as condições de financiamento, reduzindo previsibilidade, encarecendo crédito e ampliando a cautela de investidores e instituições financeiras. Em um ambiente de maior incerteza, investir, expandir operações ou captar recursos se torna mais caro e mais arriscado.

O indicador parte da diferença entre o nível de risco soberano do Brasil e o padrão médio observado nos países da OCDE, utilizando o Credit Default Swap (CDS) como medida de referência. Esse diferencial representa o custo

adicional de risco enfrentado pela economia brasileira em relação às economias desenvolvidas. Para transformar esse gap em impacto econômico, a metodologia aplica esse diferencial sobre os principais ativos financeiros e empresariais mais expostos ao custo de financiamento no país, como crédito corporativo, valor de mercado das empresas e instrumentos de dívida privada<sup>14</sup>. O indicador de Custo do Risco-Estado busca capturar justamente como o risco soberano brasileiro afeta de maneira desigual as economias estaduais. Embora o risco-país seja nacional, seus impactos tendem a ser maiores em estados com maior fragilidade fiscal. Para isso, o estudo considera indicadores de saúde financeira dos

<sup>14</sup> O cálculo nacional utiliza dados de CDS da Capital IQ; carteira de crédito de Pessoa Jurídica do Banco Central do Brasil (BACEN); valor de mercado das empresas e estoque de dívida corporativa da bolsa de valores brasileira (B3).

estados —endividamento, poupança e liquidez — combinados ao tamanho da economia estadual<sup>15</sup>.

O Rio de Janeiro apresenta uma das situações fiscais mais delicadas do país. O estado possui o maior nível de endividamento entre as unidades da federação e divide com Minas Gerais a pior classificação de nota de crédito entre os estados brasileiros. Esse quadro aumenta a sensibilidade da economia fluminense a choques financeiros, restringe o espaço para investimentos públicos e reforça a percepção de risco sobre o ambiente de negócios local. Como resultado, o Rio enfrenta um custo de risco fiscal mais de duas vezes superior à média dos estados brasileiros.

Na prática, isso significa maior dificuldade para transformar escala econômica em investimento produtivo. Mesmo sendo uma das maiores economias do país, o Rio convive com condições de financiamento mais adversas, o que reduz competitividade e limita a expansão das empresas. Nesse contexto, o indicador estima que o custo associado ao risco fiscal e financeiro do estado gere um impacto econômico adicional frente à média dos países da OCDE de aproximadamente R\$ 19,2 bilhões por ano para a economia fluminense, equivalente a 1,4% do PIB estadual — o maior custo relativo entre as unidades da federação.

### Quadro Síntese do Indicador Custo do Risco-Estado para o estado do Rio de Janeiro



<sup>15</sup> Indicadores fiscais obtidos a partir da metodologia de Capacidade de Pagamento (CAPAG) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

## 4.1.2 Custo do Spread da Dívida – O preço de expandir a produção

Além do impacto da fragilidade fiscal sobre a percepção de risco do estado, as empresas fluminenses também enfrentam um segundo obstáculo relevante para financiar investimentos: o elevado custo do crédito no Brasil. Em um ambiente de spreads bancários persistentemente altos, captar recursos para investir, ampliar operações ou modernizar a produção torna-se significativamente mais caro. Na prática, o custo do capital deixa de ser apenas uma variável financeira e passa a atuar como um entrave estrutural à ampliação da capacidade produtiva das empresas.

O indicador de Custo do Spread da Dívida busca mensurar justamente esse peso adicional do crédito sobre a economia fluminense. A análise compara o spread médio observado no Brasil com o padrão verificado em economias da OCDE e considera a exposição das empresas estaduais ao mercado de crédito corporativo. Como resultado, estados com maior volume de financiamento empresarial tendem a sofrer impactos mais intensos do elevado custo do capital.

No Rio de Janeiro, onde setores estratégicos como indústria, petróleo e gás e infraestrutura dependem fortemente de financiamento, o crédito caro amplia os obstáculos ao investimento produtivo e à expansão da atividade econômica. O estado registra um custo relativo associado ao spread da dívida aproximadamente três vezes superior ao observado nas economias estaduais mais eficientes do ranking. Esse quadro reduz a capacidade de investimento das empresas, pressiona custos operacionais e limita ganhos de produtividade e competitividade. Na prática, o crédito mais caro reduz a capacidade das empresas de transformar potencial econômico em expansão efetiva da produção. Projetos de investimento tendem a ser adiados, o crescimento perde ritmo e a economia encontra mais dificuldades para alcançar níveis mais elevados de produtividade e produto potencial. Nesse contexto, o indicador estima que o elevado spread bancário gere um impacto econômico adicional de aproximadamente R\$ 12,7 bilhões por ano para a economia fluminense, equivalente a cerca de 0,9% do PIB estadual.

### Quadro Síntese do Indicador Custo do Spread da Dívida para o estado do Rio de Janeiro



## 5. O Custo Rio não é destino. É agenda.

O Custo Rio revela que parte relevante das dificuldades enfrentadas pelas empresas fluminenses não decorre da ausência de vocações econômicas, capacidade produtiva ou mercado consumidor. O estado reúne ativos estratégicos únicos no país — como base industrial diversificada, infraestrutura energética, complexo portuário, mercado de serviços avançados e elevada densidade econômica —, mas opera sob um conjunto persistente de entraves que reduz sua competitividade, encarece investimentos e limita seu potencial de crescimento. Ao longo desta análise, os diferentes fatores que compõem o ambiente de negócios fluminense — tanto seus gargalos quanto suas vantagens relativas — foram traduzidos em uma dimensão econômica concreta: aproximadamente R\$ 274,8 bilhões por ano, o equivalente a um verdadeiro “sócio oculto” da economia fluminense.

Os resultados da análise mostram que esses obstáculos possuem natureza estrutural e se distribuem ao longo de toda a jornada produtiva. O excesso de burocracia e insegurança regulatória amplia custos de entrada e operação. A complexidade tributária aumenta o tempo, o custo e a imprevisibilidade para produzir. O crédito caro restringe investimentos e reduz a capacidade de expansão das empresas. A insegurança pública eleva perdas econômicas e deteriora o ambiente de negócios.

Ainda assim, o diagnóstico também evidencia que o Rio de Janeiro possui vantagens competitivas relevantes em áreas estratégicas. Em diversos indicadores ligados à infraestrutura e à qualificação da mão de obra, o estado apresenta desempenho relativamente mais favorável

quando comparado a outras unidades da federação. Isso significa que o desafio do Rio não é construir competitividade do zero, mas remover os entraves que impedem suas vantagens de se converterem plenamente em crescimento econômico, investimento e geração de renda.

Mais do que mensurar perdas, o Custo Rio busca organizar prioridades. O enfrentamento desses gargalos exige coordenação entre políticas públicas, segurança jurídica, melhoria regulatória, simplificação tributária, ampliação da infraestrutura, fortalecimento institucional e redução das incertezas que afetam decisões empresariais. Competitividade não emerge de uma única medida isolada, mas da redução coordenada dos custos sistêmicos que penalizam o ambiente de negócios.

Ao transformar entraves difusos em métricas econômicas objetivas, a iniciativa contribui para qualificar o debate público e apoiar a construção de uma agenda de longo prazo para o desenvolvimento fluminense. Reduzir o Custo Rio significa ampliar produtividade, atratividade econômica, capacidade de investimento e geração de oportunidades.

O custo elevado não é inevitável. Ele reflete gargalos institucionais, regulatórios e estruturais que podem ser enfrentados por meio de uma agenda coordenada de competitividade. Reduzir o Custo Rio é ampliar a capacidade do estado de investir, produzir, inovar e crescer de forma sustentável.

Menos custo. Mais Rio.

